

# **Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo**

**Relatório de divulgação de informações  
referentes à:  
Gestão de riscos;  
Ativos ponderados pelo risco (RWA) e  
Patrimônio de Referência (PR).**

**Base Legal: Circular BACEN Nº 3.678/13  
Data base - Setembro/2016**

Sumário	
Objetivo.....	4
Principais Indicadores .....	4
1. Gerenciamento de Riscos.....	5
Estrutura de Gerenciamento de Riscos.....	5
➤ Risco de Crédito .....	6
➤ Risco de Mercado .....	6
➤ Risco de Liquidez .....	6
➤ Risco Operacional.....	7
2. Gerenciamento de Capital, conforme as Resoluções do CMN Nº 4.192 e 4.193 .....	8
3. Balanço Patrimonial (B.P.).....	10
4. Apuração de Capital .....	11
5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).....	11
6. Suficiência de Capital .....	13
7. Razão de Alavancagem.....	13
8. Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (conforme o Anexo I da Circular BACEN Nº 3.678). .....	14
9. Risco de Crédito .....	14
9.1 Total das Exposições e Valor Médio.....	14
9.2 Maiores exposições em relação ao total de operações .....	14
9.3 Exposições por Regiões Geográficas do Brasil .....	15
9.4 Exposições por Setor Econômico .....	15
9.5 Exposições por Prazo a Decorrer Segmentados por Tipo de Exposição .....	15
9.6 Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segmentado por países e regiões geográficas do Brasil e por setor econômico com exposições significativas.....	16
9.7 Operações baixadas para prejuízo no trimestre, conforme o artigo 7º, inciso VII. ....	16
9.8 Montante de provisões para perdas relativas às exposições de que trata o artigo 7º, inciso VIII. ....	17
9.9 Instrumentos Mitigadores de Risco de Crédito.....	17
9.10 Risco de Crédito de Contraparte .....	18
9.11 Operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros, conforme art. 10, da Circular Nº 3.678/2013.....	18
10. Risco de Mercado .....	19
Análise de sensibilidade .....	19
Valor em risco ('VaR').....	19

Teste de estresse.....	19
10.1 Carteira de Negociação .....	20
10.2 Carteira de Negociação Derivativos .....	20
10.3 Cálculo do Risco da Carteira de Não Negociação (RBAN) .....	21
11. Risco de Liquidez .....	21
12. Risco Operacional.....	21
12.1 Definição .....	21
12.2 Exigências de Capital para Risco Operacional .....	22
12.3 Sistema de Gerenciamento de Risco Operacional .....	22
12.4 Gestão de Risco Operacional .....	22
13. Participações societárias não classificadas na carteira de Negociação .....	23
14. Anexos .....	23

**Objetivo**

O presente relatório apresenta as informações requeridas pelo Banco Central do Brasil, conforme as Circulares N.º 3.678 e N.º 3.716, quanto à gestão de riscos, à apuração de ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês *risk weighted assets*) e à apuração do patrimônio de referência (PR).

**Principais Indicadores**

O foco da área de gestão de riscos do Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo (Commerzbank Brasil) é a manutenção de um perfil de riscos moderado para as operações da instituição, no país.

A seguir são apresentados os principais indicadores deste relatório, apurados na data-base de 30 de setembro de 2016, considerando ser este o primeiro relatório após o início das operações em 28/07/2016.

556,07%	556,07%	556,07%
<b>Índice de Basileia (IB)</b>	<b>Índice de Capital Principal (ICP)</b>	<b>Índice de Nível I (IN I)</b>
R\$ 222,115 milhões	R\$ 222,115 milhões	R\$ 222,115 milhões
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>Capital Principal (CP)</b>	<b>Nível I</b>
R\$ 39,944 milhões	R\$ 28,638 milhões	94,56%
<b>RWA</b>	<b>Exposição ao Risco de Crédito</b>	<b>Razão de Alavancagem</b>

## 1. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é um processo contínuo no Commerzbank Brasil, onde são identificados e mensurados riscos existentes, bem como riscos potenciais que possam ameaçar as operações do banco.

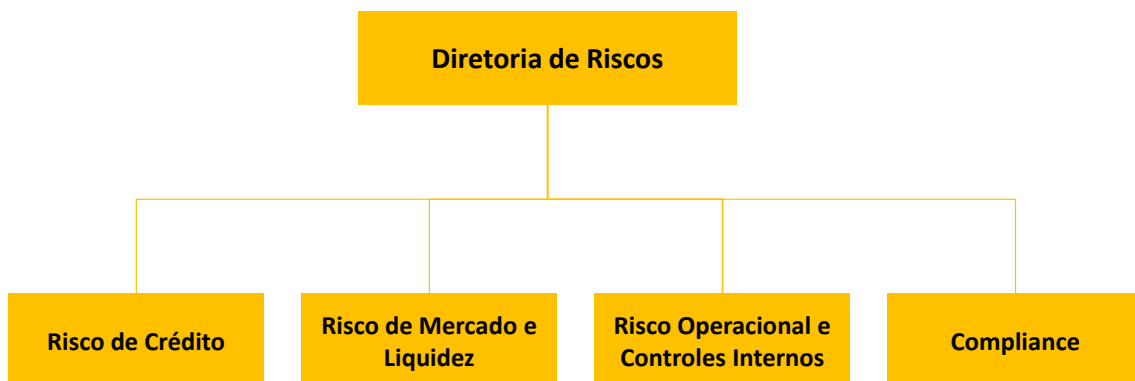
A identificação de riscos visa mapear eventos de risco, tanto internos quanto externos, que possam afetar a estratégia de negócios, com possibilidade de impactar negativamente os resultados, a liquidez ou a reputação do Commerzbank Brasil.

As responsabilidades pelo gerenciamento de riscos estão estruturadas no princípio das três linhas de defesa:

- Na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas de suporte têm o papel de realizar a gestão dos riscos através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- Na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos;
- Na terceira linha de defesa, a auditoria interna tem o papel de avaliar de forma independente as atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e externas.

## Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura organizacional para gerenciamento de riscos está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e alinhada às melhores práticas do mercado.



➤ **Risco de Crédito** – conforme a Resolução do CMN Nº 3.721.

O risco de crédito é a possibilidade de perdas em decorrência do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A estrutura para gerenciamento de risco de crédito do Commerzbank Brasil realizará o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito das operações classificadas nas carteiras trading e banking. Entre as responsabilidades desta estrutura estão: identificação, avaliação, mensuração, controle e mitigação de riscos. Devem ser previstas: políticas e estratégias para gerenciamento do risco de crédito; adequada validação de sistemas, modelos e procedimentos internos para gestão de risco de crédito; estimação de perdas associadas a riscos de crédito, segundo critérios consistentes e prudentes; e adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) e de provisionamento compatíveis com o risco de crédito assumido pela instituição.

➤ **Risco de Mercado** - conforme a Resolução do CMN Nº 3.464.

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Commerzbank Brasil realizará o gerenciamento por meio de políticas e estratégias de gerenciamento de riscos que estabelecem limites operacionais e procedimentos para manutenção da exposição ao risco de mercado em níveis aceitáveis; sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições e gerar relatórios tempestivos para a diretoria da instituição.

➤ **Risco de Liquidez** - conforme a Resolução do CMN Nº 4.090.

O Risco de Liquidez pode ser definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e

sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Commerzbank Brasil realizará o gerenciamento por meio de políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da instituição; processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo; realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo e avaliação do risco de liquidez como parte do processo de aprovação de novos produtos, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes.

➤ **Risco Operacional** - conforme a Resolução do CMN Nº 3.380.

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Commerzbank Brasil realizará o gerenciamento por meio de: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco; documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional; elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional; realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados; elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da instituição.

## **2. Gerenciamento de Capital, conforme as Resoluções do CMN Nº 4.192 e 4.193**

Os objetivos do gerenciamento de capital são garantir que o Commerzbank Brasil possua recursos suficientes para a manutenção das suas operações e para que as exigências de capital sejam atendidas de forma sustentável considerando o perfil de riscos desejável pela instituição.

Como parte do sistema de gerenciamento de capital e liquidez, podemos citar: abordagem de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA); limite do Índice de Alavancagem (como forma de gerenciar endividamento excessivo); Gestão da Liquidez e Gestão de Perdas.

Os requerimentos mínimos de capital do Commerzbank Brasil observam o disposto nas resoluções e circulares emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil quanto aos padrões globais de requerimento de capital, conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I, Nível II e RWAs.

Para fins de cálculo dos requerimentos mínimos de capital, o montante total de RWA é obtido pela soma das parcelas referentes aos ativos ponderados pelos riscos de crédito, operacional e de mercado. O Commerzbank Brasil utiliza a **abordagem padronizada** para o cálculo das parcelas de RWA, para o Risco Operacional no qual é utilizada a Abordagem do Indicador Básico.

No Brasil, a exigência atual é de 9,875% do RWA para Patrimônio de Referência, 6,0% para Nível I e 4,5% para Capital Principal.

Objetivando suavizar movimentos bruscos de expansão ou retração de crédito, o Banco Central do Brasil estabeleceu o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPconservação, ACPcontracíclico e ACPsistêmico, aumentando a exigência de capital ao longo do tempo. Atualmente, o valor do ACPconservação é de 0,625% e o valor do ACPcontracíclico é zero. No caso do ACPsistêmico, o valor será zero, uma vez que a Exposição Total será inferior a 10% do PIB.



	Jan 2016	Jan 2017	Jan 2018	Jan 2019
<b>Capital Principal</b>	<b>4,50%</b>	<b>4,50%</b>	<b>4,50%</b>	<b>4,50%</b>
<b>Nível I</b>	<b>6,00%</b>	<b>6,00%</b>	<b>6,00%</b>	<b>6,00%</b>
<b>Capital Total</b>	<b>9,875%</b>	<b>9,250%</b>	<b>8,625%</b>	<b>8,000%</b>
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>0,625%</b>	<b>1,250%</b>	<b>1,875%</b>	<b>2,500%</b>
ACP de Conservação	0,625%	1,25%	1,875%	2,50%
ACP Contracíclico	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
ACP Importância Sistêmica	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Capital Principal + ACP</b>	<b>5,125%</b>	<b>5,75%</b>	<b>6,375%</b>	<b>7,00%</b>
<b>Capital Total + ACP</b>	<b>10,50%</b>	<b>10,50%</b>	<b>10,50%</b>	<b>10,50%</b>
<b>Deduções dos Ajustes Prudenciais</b>	<b>60%</b>	<b>80%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### 3. Balanço Patrimonial (B.P.)

(R\$ mil)	
Balanço Patrimonial	set/16
<b>ATIVO</b>	<b>249.958</b>
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>230.861</b>
<i>Disponibilidades</i>	137
<i>Aplicações Financeiras de Liquidez</i>	301
<i>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</i>	217.028
<i>Operações de Crédito</i>	-
<i>Outros Créditos</i>	13.229
<i>Outros Bens e Valores</i>	166
<b>Permanente</b>	<b>19.097</b>
<i>Investimentos</i>	-
<i>Imobilizados de Uso</i>	6.785
<i>Ativos Intangíveis</i>	12.312
<b>PASSIVO</b>	<b>249.958</b>
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>13.316</b>
<i>Depósitos</i>	-
<i>Relações e Interdependências</i>	-
<i>Obrigações por Empréstimos e Repasses</i>	-
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	-
<i>Outras Obrigações</i>	13.316
<i>Resultados de Exercícios Futuros</i>	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>236.642</b>
<i>Capital</i>	257.798
<i>Reserva Legal</i>	-
<i>Outras Reservas de Lucros</i>	-
<i>Ajustes a valor de mercado - TVM</i>	(94)
<i>Lucro ou Prejuízos Acumulados</i>	(21.062)

#### 4. Apuração de Capital

Em conformidade com a Resolução Nº 4.192 do Conselho Monetário Nacional, o patrimônio de referência é composto pela soma do capital Nível I e Nível II. Por sua vez, o capital Nível I é composto do Capital Principal e do Capital Complementar.

(R\$ mil)	
Patrimônio de Referência	set/16
<b>NÍVEL I</b>	<b>222.115</b>
<i>Capital Principal</i>	222.115
<i>Capital Complementar</i>	-
<b>NÍVEL II</b>	-
<i>Capital autorizado como Nível II</i>	-
<b>PR</b>	<b>222.115</b>

(R\$ mil)	
	set-16
<b>Adicional de Capital Principal (ACP)</b>	<b>250</b>
ACP de Conservação	250
ACP Contracíclico	-
ACP Importância Sistêmica	-

#### 5. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Em conformidade com as resoluções do Conselho Monetário Nacional nºs 4.192 e 4.281, o total de ativos ponderados pelo risco deve obedecer à seguinte formulação:

$$\text{RWA} = \underbrace{\text{RWA}_{\text{cpad}}}_{\text{Risco de Crédito}} + \underbrace{\text{RWA}_{\text{cam}} + \text{RWA}_{\text{jur}} + \text{RWA}_{\text{com}} + \text{RWA}_{\text{acs}}}_{\text{Risco de Mercado (RWA}_{\text{mpad}})} + \underbrace{\text{RWA}_{\text{opad}}}_{\text{Risco Operacional}}$$

Onde, temos:

RWA<sub>cpad</sub> – parcela de exposição ao risco de crédito sob metodologia padronizada;

RWA<sub>mpad</sub> – parcela de exposição ao risco de mercado sob metodologia padronizada;

RWA<sub>cam</sub> – parcela relativa a exposição em ouro, moeda estrangeira e em ativos sujeitos a variação cambial;

RWAjur – parcela relativa à exposição sujeitas à variação de taxa de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;

RWAcom – parcela relativa à exposição sujeitas à variação do preço de commodities;

RWAacs – parcela relativa à exposição sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;

RWAopad – parcela de exposição ao risco operacional sob metodologia padronizada.

	(R\$ mil)
	<b>set/16</b>
<b>RWA</b>	<b>39.944</b>
Risco de Crédito (RWAcpad)	28.638
Risco de Mercado (RWAmcpad)	461
Exposição Cambial (RWAcam)	461
Variação Preço de Ações (RWAacs)	-
Variação Preço de Commodities (RWAcom)	-
Variação Taxa de Juros (RWAjur)	-
<i>Variação Taxa de Juros - Pré (RWAjur1)</i>	-
<i>Variação Taxa de Cupons Moedas (RWAjur2)</i>	-
<i>Variação Taxa de Cupons Índices Preços (RWAjur3)</i>	-
<i>Variação Taxa de Cupons Juros (RWAjur4)</i>	-
Risco Operacional (RWAopad)	10.845
<b>Rban</b>	<b>428</b>

(R\$ mil)

**Fatores de Ponderação de Risco**

	set-16
<b>RWAcpad</b>	<b>28.638</b>
<b>FPR</b>	
0%	-
2%	-
20%	24
35%	-
50%	-
75%	-
85%	-
100%	12.184
250%	1.963
300%	14.467
1250%	-
Valores não ponderados por não representarem exposição	-
<b>CVA</b>	-

## 6. Suficiência de Capital

Em 30/09/2016, o Patrimônio de Referência foi apurado em R\$ 222 milhões, integralmente compostos por capital Nível I. O RWA total foi de R\$ 39,9 milhões, sendo R\$ 28,6 milhões alocados para Risco de Crédito, R\$ 10,8 milhões, alocados para Risco Operacional e R\$ 461 mil, alocados para Risco de Mercado.

A suficiência de capital é expressa por meio do índice de Basileia, que foi de 556,07% no período, sendo 556,07 % para o Nível I e 556,07 % para o Capital Principal. Tanto o Nível I quanto o Capital Principal estão muito acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil. Por conseguinte, o capital, ora alocado, foi considerado suficiente e adequado para suportar as operações do Commerzbank Brasil.

## 7. Razão de Alavancagem

As informações sobre a Razão de Alavancagem estão em conformidade com o disposto na Circular Bacen Nº 3.748/2015.

(R\$ mil)

<b>Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial (B.P.)</b>	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	249.520
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(14.621)
<b>Total das exposições contabilizadas no BP</b>	<b>234.899</b>
<b>Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	
Valor de reposição em operações com derivativos	-
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	-
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
<b>Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>-</b>
<b>Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)</b>	
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	-
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
<b>Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários</b>	<b>-</b>
<b>Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)</b>	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	-
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-
<b>Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial</b>	<b>-</b>
<b>Capital e Exposição Total</b>	
Nível I	222.115
Exposição Total	234.899
<b>Razão de Alavancagem</b>	
Razão de Alavancagem - Basileia III	94,56%

## 8. Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (conforme o Anexo I da Circular BACEN Nº 3.678).

Conforme item anexo no final deste relatório.

## 9. Risco de Crédito

### 9.1 Total das Exposições e Valor Médio

R\$ mil

Total das Exposições por Tipo de Exposição		
30/09/2016		
Tipo de Exposição	Total	%
<b>Pessoa Jurídica</b>		
Crédito Rural	-	-
Importação e exportação	-	-
Capital de Giro/Desconto de Títulos/Conta garantida	-	-
Fiança	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	-	-

Total Médio das Exposições no Trimestre por Tipo de Exposição		
30/09/2016		
Tipo de Exposição	Total	%
<b>Pessoa Jurídica</b>	-	-
Crédito Rural	-	-
Importação e exportação	-	-
Capital de Giro/Desconto de Títulos/Conta garantida	-	-
Fiança	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	-	-

### 9.2 Maiores exposições em relação ao total de operações

R\$ mil

Concentração da Carteira de Crédito nos Maiores Devedores		
30/09/2016		
	Total	%
10 Maiores devedores	-	-
100 Maiores devedores	-	-
<b>Total de devedores</b>	-	-

### 9.3 Exposições por Regiões Geográficas do Brasil

R\$ mil

Total das Exposições por Tipo de Exposição		
Tipo de Exposição	Sudeste	
	30/09/2016	
	Total	%
<b>Pessoa Jurídica</b>		
Crédito Rural	-	-
Importação e exportação	-	-
Capital de Giro/Desconto de Títulos/Conta garantida	-	-
Fiança	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 9.4 Exposições por Setor Econômico

R\$ mil

Total das Exposições por Setor Econômico										
Tipo de Exposição	Sudeste									
	30/09/2016									
	Crédito Rural		Investimento		Importação/Exportação		Capital de Giro, Desconto de Títulos		Outros	
Sector Econômico/Pessoa Jurídica	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Administração Pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automotivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção e imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação e saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletroeletrônicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mineração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e Celulose	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Químico e Petroquímico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Siderurgia e Metalurgia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Têxtil e Confecções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 9.5 Exposições por Prazo a Decorrer Segmentados por Tipo de Exposição

R\$ mil

Total das Exposições por Prazo a Decorrer das Operações									
Tipo de Exposição	Sudeste								
	30/09/2016								
	Até 6 meses		De 6 meses a 1 ano		De 1 ano a 5 anos		Acima de 5 anos		
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
<b>Pessoa Jurídica</b>									
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Importação e exportação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro/Desconto de Títulos/Conta garantida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiança	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Estas informações são de propriedade do Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. Não devem ser utilizadas, reproduzidas ou transmitidas sem prévia autorização de seu proprietário.

**9.6 Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segmentado por países e regiões geográficas do Brasil e por setor econômico com exposições significativas.**

R\$ mil

Montante das operações em atraso					
Setor Econômico/Pessoa Jurídica	30/09/2016				
	Sudeste				
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	-	-	-	-	-
Agropecuário	-	-	-	-	-
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-
Automotivo	-	-	-	-	-
Comércio	-	-	-	-	-
Construção e imobiliário	-	-	-	-	-
Educação e saúde	-	-	-	-	-
Eletricidade, Gás , Água e Esgoto	-	-	-	-	-
Eletroeletrônicos	-	-	-	-	-
Financeiro	-	-	-	-	-
Madeira e Móveis	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-
Mineração	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Papel e Celulose	-	-	-	-	-
Petróleo e Gás Natural	-	-	-	-	-
Químico e Petroquímico	-	-	-	-	-
Siderurgia e Metalurgia	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	-	-	-
Têxtil e Confecções	-	-	-	-	-
Transportes	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-

**9.7 Operações baixadas para prejuízo no trimestre, conforme o artigo 7º, inciso VII.**

R\$ mil

Operações Baixadas para Prejuízo no Trimestre	
Setor Econômico/Pessoa Jurídica	30/09/2016
	Total
Administração Pública	-
Agropecuário	-
Alimentos e bebidas	-
Automotivo	-
Comércio	-
Construção e imobiliário	-
Educação e saúde	-
Eletricidade, Gás , Água e Esgoto	-
Eletroeletrônicos	-
Financeiro	-
Madeira e Móveis	-
Máquinas e Equipamentos	-
Mineração	-
Outros	-
Papel e Celulose	-
Petróleo e Gás Natural	-
Químico e Petroquímico	-
Siderurgia e Metalurgia	-
Telecomunicações	-
Têxtil e Confecções	-
Transportes	-
<b>Total</b>	-



**9.8 Montante de provisões para perdas relativas às exposições de que trata o artigo 7º, inciso VIII.**

R\$ mil

<b>Provisões para as Perdas Relativas às Exposições</b>	
	<b>30/09/2016</b>
<b>Setor Econômico/Pessoa Jurídica</b>	<b>Total</b>
Administração Pública	-
Agropecuário	-
Alimentos e bebidas	-
Automotivo	-
Comércio	-
Construção e imobiliário	-
Educação e saúde	-
Eletricidade, Gás , Água e Esgoto	-
Eletroeletrônicos	-
Financeiro	-
Madeira e Móveis	-
Máquinas e Equipamentos	-
Mineração	-
Outros	-
Papel e Celulose	-
Petróleo e Gás Natural	-
Químico e Petroquímico	-
Siderurgia e Metalurgia	-
Telecomunicações	-
Têxtil e Confecções	-
Transportes	-
<b>Total</b>	<b>-</b>

**9.9 Instrumentos Mitigadores de Risco de Crédito**

Como mitigador de risco de crédito o Commerzbank Brasil utiliza diversos tipos de garantias, tais como avais, fiança e garantias da matriz. Somente as garantias que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sendo também juridicamente eficazes são consideradas instrumento de redução de risco. Também podemos reduzir o risco de crédito com terceiros ao celebrar contratos que nos permitam obter garantias de forma imediata ou contingente, e/ou rescindir negociações caso o rating de crédito das partes envolvidas fique abaixo de um determinado nível. Quando não temos clareza suficiente sobre a solidez financeira de uma contraparte ou quando acreditamos que a mesma necessita de apoio de sua matriz, podemos obter garantias de terceiros em relação às obrigações dessa contraparte. Para análise e concessão de crédito devem ser observados os manuais de crédito adotados pelo Commerzbank Brasil. O estabelecimento do limite de crédito deve ser baseado na comprovada capacidade financeira passada, corrente e futura assim como na demanda de

crédito do cliente. São autoridades de aprovação de crédito os representantes da unidade de Gerenciamento de Risco de Crédito (GRM-CR) no Brasil e a Área de Risco de Crédito do Commerzbank A.G. Os sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito são reavaliados anualmente. Os índices para constituição da provisão sobre créditos de liquidação duvidosa são atualizados e/ou revisados frequentemente. A partir destes índices, a Classificação de risco cliente Commerzbank Brasil é correlacionada aos níveis de Classificação adotados pelo Banco Central do Brasil, prevalecendo o maior índice para cada Classificação correlacionada.

### 9.10 Risco de Crédito de Contraparte

A definição dos limites de exposição ao risco de crédito de contraparte considera a exposição a perdas potenciais, em função de variáveis particulares a cada operação (prazo das operações, análise de crédito da contraparte e riscos inerentes). O limite assim definido deve ser suficiente para cobrir a totalidade da exposição a perdas potenciais e depende de aprovação específica.

R\$ mil

Risco de Crédito de Contraparte			
30/09/2016			
Valor Nocial	Derivativos	Operações a liquidar	Operações
Liquidados em sistemas de liquidação e câmaras de compensação	-	-	-
Sem garantias	-	-	-
Com garantias	-	-	-
Total	-	-	-
Valor Bruto Positivo	Derivativos	Operações a liquidar	Operações
Bruto	-	-	-
Acordos de compensação e liquidação de obrigações	-	-	-
Valor das Garantias	-	-	-
Líquido	-	-	-
% de Exposição Coberto por hedge de derivativos de crédito	-	-	-
Total	-	-	-

### 9.11 Operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros, conforme art. 10, da Circular Nº 3.678/2013.

O Commerzbank Brasil não possui operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, operações com valores mobiliários relativos às atividades de securitização, aí inclusas as operações estruturadas de derivativos de crédito.

## **10. Risco de Mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado das posições detidas pelo Commerzbank, sujeitas à variação cambial ou das taxas de juros.

O risco de mercado é considerado como algo inerente às atividades de negócio do Banco e que ações imediatas são necessárias, portanto o Commerzbank mantém e aprimora constantemente os sistemas para o gerenciamento e controle efetivo dos riscos de mercado.

Faz parte da política de novos produtos a análise dos fatores de risco analisados e desenho dos controles necessários antes de sua implantação. A área de gerenciamento de Risco de Mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto.

O Commerzbank Brasil utiliza para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado as métricas de análises de sensibilidade, VaR e testes de estresse, tanto para a carteira de negociação (trading) como para não-negociação (banking).

### **Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade é usada com o objetivo de monitorar as exposições medindo a sensibilidade do valor de mercado de uma posição ao movimento de um ponto base (0,01%) nas taxas de juros.

### **Valor em risco ('VaR')**

VaR é uma ferramenta estatística que estima as perdas potenciais que podem acontecer em uma carteira devido aos movimentos nos fatores de risco de mercado, levando em consideração um horizonte de tempo específico e um determinado nível de confiança (probabilidade). Esta métrica captura potenciais riscos em condições de comportamento normal de mercado.

O modelo de VaR usado pelo Commerzbank Brasil baseia-se em simulação histórica, com cenários referenciados à informações dos últimos 255 dias úteis, nível de confiança de 97,5% e horizonte de tempo de um dia.

Dessa forma, um aumento na volatilidade de mercado provocará um aumento no VaR, mesmo sem nenhuma mudança nas posições subjacentes.

### **Teste de estresse**

O Commerzbank Brasil utiliza testes de estresse para avaliar perdas potenciais em resposta a condições anormais de comportamento do mercado, utilizando cenários que não seriam capturados adequadamente pelo modelo de VaR, como por exemplo, observações históricas de movimentos do mercado durante períodos anteriores de estresse.

Para mensuração do risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação (banking) não é utilizada a premissa de liquidação antecipada de empréstimos. A mensuração segue os modelos padrão do Banco Central do Brasil seguindo as Circulares N.ºs 3.634, 3.635 e 3.365.

Os parâmetros utilizados para a mensuração dos riscos de mercado são objetos de reavaliação periódica.

### 10.1 Carteira de Negociação

Divulgação do valor total da carteira de negociação, segmentado por fator de risco de mercado relevante, destacando posições compradas e vendidas.

R\$ mil

Carteira de Negociação		
Fatores de Risco	30/09/2016	
	Ativo	Passivo
Cupom de índice de preços	-	-
Cupom de moedas	-	-
Cupom de taxa de juros	-	-
Pré	-	-
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 10.2 Carteira de Negociação Derivativos

Exposição de derivativos, segregada por: fator de riscos (taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e preços de commodities); mercado de balcão ou bolsa e local de operação (Brasil ou Exterior), conforme artigo 15 da Circular Nº 3.678 do Banco Central:

R\$ mil

Carteira de Negociação - Derivativos									
Fatores de Risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor líquido	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido		
Taxa de Juros	Balcão	0	0	0	0	0	0	0	
	Bolsa	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	0	0	0	0	0	0	0	
Taxa de Câmbio	Balcão	0	0	0	0	0	0	0	
	Bolsa	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	0	0	0	0	0	0	0	
Preço de Ações	Balcão	0	0	0	0	0	0	0	
	Bolsa	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	0	0	0	0	0	0	0	
Preço de Mercadorias (commodities)	Balcão	0	0	0	0	0	0	0	
	Bolsa	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	0	0	0	0	0	0	0	

### 10.3 Cálculo do Risco da Carteira de Não Negociação (RBAN)

A parcela RBAN é calculada via VaR paramétrico, considerando-se um nível de confiança de 99% e manutenção de 252 dias da carteira de não negociação.

R\$ mil

<b>Risco da Carteira de Não Negociação</b>	
<b>30/09/2016</b>	
Diversificação	0
Juros - Pré	428
Cupom de moeda - dólar EUA	0
Cupom de Índice de Preços - IPCA	0
Demais exposições em juros	0
<b>RBAN TOTAL</b>	<b>428</b>

### 11. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição e informar eventuais desenquadramentos, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores.

As políticas de gestão de liquidez e os limites são revistos periodicamente.

### 12. Risco Operacional

#### 12.1 Definição

Risco Operacional pode ser definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de PROCESSOS INTERNOS, PESSOAS E SISTEMAS, ou EVENTOS EXTERNOS. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes de risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição (conforme o Art. 2º, caput e § 1º, da Resolução CMN Nº 3.380).

PROCESSOS INTERNOS, PESSOAS, SISTEMAS E EVENTOS EXTERNOS são os fatores de risco operacional. Enquanto os três primeiros são as principais fontes de risco operacional de

origem interna da instituição, o último considera fatos e situações que se originam parcial ou totalmente fora do ambiente do Commerzbank.

## **12.2 Exigências de Capital para Risco Operacional**

A Circular Nº 3.640/2013 e suas alterações posteriores, estabelecem as exigências de capital para risco operacional segundo três diferentes métodos: 1 – Abordagem do Indicador Básico; 2 – Abordagem Padronizada Alternativa ou 3 – Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

O Commerzbank Brasil segue a **Abordagem do Indicador Básico** para atender às exigências de capital regulatório.

## **12.3 Sistema de Gerenciamento de Risco Operacional**

Para propiciar uma gestão eficiente do Risco Operacional, o Commerzbank possui procedimentos sistemáticos para armazenamento dos eventos de perdas operacionais em uma base de dados própria utilizando um sistema global. A base de dados de perdas internas é constituída, para cada perda operacional, por requisitos que identificam e caracterizam os eventos de perda de forma detalhada. A base de dados é abrangente, integral, consistente e precisa, contendo as informações necessárias para o efetivo gerenciamento do risco operacional no Commerzbank Brasil.

## **12.4 Gestão de Risco Operacional**

O modelo de gestão de risco operacional adotado pelo Commerzbank considera as fases de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento dos riscos operacionais inerentes aos produtos, serviços e processos no âmbito do Commerzbank Brasil.

As fases são interdependentes e representam um processo contínuo de gestão do risco operacional (conforme o Art. 3º, inciso I, da Resolução CMN Nº 3.380):

- 1) Identificação: consiste na identificação e classificação dos incidentes de risco operacional aos quais o banco está sujeito. Devem ser identificados os processos, produtos ou serviços afetados, bem como a área de incidências, causas e potenciais impactos financeiros.
- 2) Avaliação: é a análise quantitativa da exposição ao risco operacional com o objetivo de mensurar o impacto nos negócios do banco e a análise qualitativa dos riscos identificados, por meio da probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar a tolerância ao risco.
- 3) Controle: consiste no registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como na implementação de mecanismos para garantir que limites e indicadores de risco operacional permaneçam em níveis desejados.
- 4) Mitigação: consiste na criação e implementação de mecanismos para modificação do risco, buscando a redução das perdas operacionais por meio de: remoção da causa do risco, redução da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do risco. Os responsáveis pela

gestão de riscos em cada unidade afetada devem elaborar e implementar planos de ação/correção para mitigação dos riscos operacionais identificados nos processos mapeados.

5) Monitoramento: é a ação que tem por objetivos identificar deficiências na gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas cheguem ao conhecimento da alta administração do Commerzbank Brasil. É a fase que reinicia o ciclo do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

### **13.Participações societárias não classificadas na carteira de Negociação**

O Commerzbank Brasil não possui, atualmente, participações societárias em outras empresas, sejam financeiras ou não financeiras.

### **14.Anexos**

Composição do Patrimônio de Referência.

**Composição do Patrimônio de Referência (PR)**

**Base: Setembro / 2016**

<b>Número da linha</b>	<b>Capital Principal: Instrumentos e reservas</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)</b>	<b>Referência do balanço do conglomerado</b>
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	257.798.000,00		
2	Reservas de lucros	-		
3	Outras receitas e outras reservas	(21.062.669,57)		
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Principal do conglomerado	-		
<b>6</b>	<b>Capital Principal antes dos ajustes prudenciais</b>	<b>236.735.330,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Número da linha</b>	<b>Capital Principal: Ajustes Prudenciais</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)</b>	<b>Referência do balanço do conglomerado</b>
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros			
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura			
9	Ativos intangíveis	7.386.988,93		
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	7.233.678,85		
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente			
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB			
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações líquidas inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas.			
19	Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			



**Composição do Patrimônio de Referência (PR)**

**Base: Setembro / 2016**

20	Direitos por serviços de hipoteca			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal			
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização			
26	Ajustes regulatórios nacionais			
26.a	Ativos permanentes diferidos			
26.b	Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos			
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeira no exterior, que não componham o conglomerado			
26.d	Aumento de capital social não autorizado			
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal			
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital			
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente			
26.i	Destaque do PR			
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções			
28	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Principal</b>		<b>14.620.667,78</b>	
29	<b>Capital Principal</b>		<b>222.114.662,65</b>	

## Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Base: Setembro / 2016

Número da linha	Capital Complementar: Instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar			
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis			
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis			
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Complementar do conglomerado			
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
36	<b>Capital Complementar antes das deduções regulatórias</b>	-		
Número da linha	Capital Complementar: Deduções Regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
40	Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado			
41	Ajustes regulatórios nacionais			
41.a	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que não exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar			
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios			
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções			
43	<b>Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar</b>	-		
44	<b>Capital Complementar</b>			
45	<b>Nível I</b>	222.114.662,65		
Número da linha	Nível II: Instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	Referência do balanço do conglomerado
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II			
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Nível II do conglomerado			
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB			
51	<b>Nível II antes das deduções regulatórias</b>	-		

**Composição do Patrimônio de Referência (PR)**

**Base: Setembro / 2016**

<b>Número da linha</b>	<b>Nível II: Deduções Regulatórias</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)</b>	<b>Referência do balanço do conglomerado</b>
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II			
54	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
55	Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado			
56	Ajustes regulatórios nacionais			
56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado			
56.b	Participação de não controladores no Nível II			
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios			
57	<b>Total de deduções regulatórias ao Nível II</b>		-	
58	<b>Nível II</b>		-	
59	<b>Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)</b>	<b>222.114.662,65</b>		
60	<b>Total de ativos ponderados pelo risco</b>	<b>39.944.361,84</b>		
<b>Número da linha</b>	<b>Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal</b>	<b>%</b>		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	556,0601%		
62	Índice de Nível I (IN1)	556,0601%		
63	Índice de Basileia (IB)	556,0601%		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)			
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,6250%		
66	do qual: adicional contracíclico			
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	0,6250%		
<b>Número da linha</b>	<b>Mínimos Nacionais</b>	<b>%</b>		
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III			
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9,8750%		

**Composição do Patrimônio de Referência (PR)**
**Base: Setembro / 2016**

<b>Número da linha</b>	<b>Valores abaixo do limite para dedução (antes da ponderação pelo risco)</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)</b>	<b>Referência do balanço do conglomerado</b>
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
73	Valor agregado das participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
74	Direitos por serviços de hipoteca			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal			
<b>Número da linha</b>	<b>Limites à inclusão de provisões no Nível II</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>		
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)			
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB			
<b>Número da linha</b>	<b>Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)</b>	<b>Referência do balanço do conglomerado</b>
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite			
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite			

Este documento foi aprovado para publicação pela Diretoria do Commerzbank Brasil – Banco Múltiplo S.A., em 22/11/2016.